



Porquê a Renamo teve um resultado abaixo do onde Dhlakama deixou o partido?

Vamos analisar aqui cinco (5) categorias de factores que podem concorrer para fornecer pistas acerca das razões que levaram a Renamo a ter um resultado abaixo daquele que, em diferentes medidas, sempre obteve em vida de Afonso Dhlakama, tais factores são: o voto apolítico; o voto inútil; o factor percepção de Paz vs voto; o desafio da liderança da e na Renamo; e a manipulação do processo eleitoral.

Todavia, antes de proceder a este exercício vamos examinar, brevemente, dois escrutínios que, na perspectiva partidária da Frelimo e da Renamo constituíram, para cada caso, as suas melhores eleições, em termos de resultados salientando, em cada caso, os factores por detrás desse sucesso eleitoral. Foram aqui seleccionados os escrutínios de 1999 – que apresentaram o melhor resultado do ponto de vista da Renamo – e 2009 que, indubitavelmente, foram as melhores eleições para o Partido Frelimo em função dos resultados obtidos pelo partido e seu candidato presidencial.

O melhor ano eleitoral para a Renamo foi 1999, correspondente às segundas eleições gerais multipartidárias no País. Nesse escrutínio a Renamo conseguiu fazer eleger cento e dezassete (117) Deputados para a Assembleia da República e, o seu candidato, Afonso Dhlakama, ocupou a segunda posição na corrida para a presidência da República com 48% dos votos do eleitorado. A taxa de participação do eleitorado nas eleições de 1999 situou-se nos 74% e, em grande medida, as campanhas eleitorais de todos os partidos políticos e candidatos presidenciais concorrentes, decorreram num ambiente calmo e pacífico. Foi nessa altura, que se cristalizou a análise segundo a qual as eleições em Moçambique seguem o seguinte roteiro: alguma cristação entre os apoiantes dos diferentes parti-

dos e candidatos antes das eleições – ou durante as campanhas eleitorais -, seguidos de uma votação, geralmente tranquila e pacífica, dando lugar, depois, para um momento pós-eleitoral marcado por contestação dos resultados e ocasionais actos de violência.

Na corrida para as eleições de 1999 a Renamo formou uma aliança eleitoral com doze pequenos partidos e o seu candidato presidencial, Afonso Dhlakama, obteve o apoio explícito dos líderes destes partidos – onde se destacavam políticos muito conhecidos, na altura, como Domingos Arouca (FUMO), Máximo Dias (MONAMO) e Lutero Simango (PCN) que abdicaram da possibilidade de concorrerem à presidência para apoiar a candidatura de Afonso Dhlakama incluindo fazendo parte da sua campanha eleitoral. Com este acto, a Renamo adquiriu uma dimensão mais civil e urbana que serviu, nessa altura, para reduzir o forte pendó militar e rural da sua origem e *raison d'être*.

Para a Frelimo, por seu turno, o seu melhor ano eleitoral foi 2009, correspondente às quartas eleições gerais multipartidárias. Nesta ocasião a Frelimo fez eleger cento e noventa e um (191) Deputados para a Assembleia da República e, o seu candidato presidencial, Armando Guebuza, assegurou as chaves do Palácio da Ponta Vermelha com 75% dos votos do eleitorado. Estas eleições foram marcadas por uma baixa participação do eleitorado – apenas 44% - com níveis ainda mais baixos (mais de 60% de abstenção) nas províncias da Zambézia, Nampula e Niassa. As campanhas eleitorais realizadas nesta altura, foram acompanhadas pelo espectro da fraude e da desconfiança interpartidária. Todavia, em termos de paradigma não fugiram muito à lógica dos primeiros escrutínios: desinteligências entre partidos políticos e candidatos presidenciais

antes das eleições, i.e., durante as campanhas eleitorais, votação pacífica e sem sobressaltos, seguida de contestação dos resultados e ameaça de retorno à violência.

Foi ao redor das eleições de 2009 que, ao nível da Academia e dos círculos mais avisados da opinião pública, falava-se insistentemente da ideia de a Renamo estar a abandonar, relativamente, o seu espaço no xadrez político nacional e a Frelimo, por seu turno, a se transformar em partido dominante, para alguns e hegemónico, para outros. De algum modo, o estilo de liderança pessoal do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, era apontado como parte do problema que a Renamo atravessava no mo-

mento, sobretudo na sequência da expulsão das fileiras do partido de figuras influentes como Raúl Domingos e Daviz Simango.

Tomando como ponto de partida o desempenho da Frelimo e da Renamo em todos os escrutínios eleitorais gerais, multipartidários, de 1994 até 2014, numa retrospectiva histórica, e olhando atentamente para os resultados do último escrutínio, é possível descrever os factores que influenciam os resultados eleitorais e que, por conseguinte, podem concorrer para fornecer pistas acerca das razões que levaram a Renamo a ter um resultado abaixo daquele que, em diferentes medidas, foi possível atingir em vida de Afonso Dhlakama, nos moldes que se seguem.

Primeiro: o voto apolítico.

O voto apolítico está associado a um conjunto de percepções e comportamentos de cidadãos que não acreditam ou na eficácia do seu voto, ou na funcionalidade do sistema ou regime político em que estão vinculados e, por essa razão, decidem alhear-se dos respectivos processos políticos. Este tipo de atitudes conduz sempre a diversas formas de abstencionismo político. No caso dos processos eleitorais multipartidários do País, desde Outubro de 1994, e devido ao espectro da fraude eleitoral e desconfianças profundas entre os partidos políticos, têm-se observado que grandes franjas do eleitorado potencial dos partidos da oposição têm optado por este tipo de voto, sobretudo a partir das terceiras eleições gerais de 2004, o que, naturalmente, dá a possibilidade de o partido no poder obter maiores vantagens eleitorais.

O facto é que, a fraude eleitoral, tal como percebida por uma parte não negligenciável do eleitorado

e independentemente da sua magnitude, insinua-se como um vírus maligno por entre os membros e simpatizantes dos partidos da oposição: para quê votar, se o Partido Frelimo vai sempre perpetuar-se no poder através da fraude eleitoral facilitada pelo seu domínio e controlo dos órgãos de direcção e administração eleitoral? O espectro do excesso de legalismo da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) que inviabilizou a candidatura de Samora Machel Júnior nas eleições autárquicas de 2018, bem como a teimosia destes em manter os dados do recenseamento eleitoral na Província de Gaza, apesar da intervenção oportuna do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e de um coro de vozes contrárias de grupos da sociedade civil, constituem uma espécie de iceberg do monstro da fraude eleitoral que, certamente, terá jogado o seu papel na sorte dos partidos da oposição, no geral, e da Renamo, em particular.

Segundo: o voto inútil.

O voto inútil (*wasted vote* na tradução inglesa) é o voto depositado para partido político ou candidato que, no fim da votação, não ajuda a eleger o partido ou candidato. Pode tratar-se de voto excessivo comparado com o número de votos necessários (úteis) para fazer eleger o candidato ou de votos depositados à favor de partido ou candidato que não vencem o escrutínio. Nesta última dimensão, de voto depositado à favor de partido político

ou candidato que não chegam a vencer o escrutínio, tem efeitos perversos no comportamento dos segmentos do eleitorado afectados por ele. É que havendo um segmento significativo do eleitorado que, consistentemente, vota num partido político ou candidato presidencial sem que este nunca chegue a atingir as rédeas do poder, é de esperar que este sucumba ao efeito da frustração e do desânimo e assuma uma posição similar ao dos eleitores

apolíticos referidos acima: alhear-se do processo eleitoral.

A consciência acerca deste tipo de motivação de voto do eleitorado sempre levou a liderança da Renamo, sobretudo pela acção do seu líder Afonso Dhlakama, a exigir alguma forma de partilha de poder com o Governo da Frelimo, quer ao nível central, quer local, mormente através da designação de governadores provinciais nas províncias onde obtivera maioria na votação para as eleições legislativas, ou mesmo através da indicação de ad-

ministradores nas principais empresas públicas do País. Sem nunca ter atingido sucesso visível, para além de algumas medidas cosméticas no tempo do Presidente Joaquim Chissano. O facto é que, ainda que contestando sistematicamente as eleições gerais desde Outubro de 1994, a Renamo e o seu candidato presidencial Afonso Dhlakama sempre ficaram na condição de perdedores. De certo modo, a ideia da “inutilidade” do voto a depositar na Renamo e no seu candidato presidencial pode ter desempenhado um papel importante na retracção do eleitorado tradicional destes no último escrutínio.

Terceiro: o factor percepção de Paz vs voto.

As eleições gerais multipartidárias fundadoras do regime político pluralista de Moçambique – de 1994 e 1999 – registaram percentagens de participação política eleitoral acima de oitenta por centos. Uma interpretação que foi avançada por diversos analistas políticos que acompanharam esses processos foi de que as considerações em redor da situação de Paz no País tinham sido determinantes para essa situação. Este tipo de interpretação, sobretudo, era equacionado observando-se que a guerra dos 16 anos entre o Governo da Frelimo e a Renamo não só teve enormes implicações em termos do desenvolvimento económico do País, mas fundamentalmente na fábrica social do País, pela duração, cobertura territorial e, de modo vincado, pela imbricação com a vida quotidiana das populações dado que, não raro, aldeias e famílias inteiras eram indistintas dos aglomerados guerrilheiros e, portanto, partes inevitáveis do teatro da guerra. Era, assim, um tipo de convivência que o eleitor moçambicano médio não gostaria nunca, de voltar a vivenciar. Ora, este tipo de motivação terá sido, também, instrumentalizado por outros actores para atingir-se o nível de direccionamento do voto que foi notório nesses primeiros escrutínios: as lideranças religiosas e comunitárias – e aqui tendo em conta que na altura a Renamo tinha o controlo de parcelas importantes do território moçambicano – terão influenciado para a votação equilibrada que a Frelimo e a Renamo obtiveram nesses escrutínios.

O certo é que à medida que se enraizava a ideia de uma Paz efectiva no País, foi aumentando o desinteresse do eleitor moçambicano médio pelos processos eleitorais. Não admira que em Outubro de 2012 a Renamo – através do seu líder Afonso

Dhlakama – tenha decidido reacender o espectro da guerra regressando à Satunjira, precisamente a 17 de Outubro data que coincide com o aniversário do primeiro líder da Renamo, André Matsangaissa. É evidente que a “sorte” da Renamo e do seu candidato presidencial foi muito diferente em 2014 em comparação com 2009: a participação política do eleitorado subiu de 45% para mais de 50%, a Renamo duplicou praticamente a sua presença no Parlamento e o seu líder, Afonso Dhlakama, saiu de uns modestos 16% em 2009 para 37% de percentagem de voto em 2014.

É perceptível o facto que desde a entrada em cena da nova liderança da Renamo – e subseqüentes acordos de Paz assinados com o Governo da Frelimo – a percepção da precariedade da Paz por possível acção do braço armado da Renamo reduziu drasticamente no País. Independentemente do fenómeno Mariano Nyongo e sua Junta Militar – ou mesmo por causa dela, em parte – a percepção do colapso da dimensão militar da Renamo ganha contornos pronunciados na consciência da maioria dos cidadãos do País. A espinha dorsal da força militar da Renamo está definitivamente quebrada e, com ela, ergue-se quiçá a possibilidade da emergência da Renamo entanto partido político liberto das amarras da sua perene ala militar. Num primeiro momento isso pode ser benéfico para o enraizamento da Renamo entanto partido político credível, mas numa dimensão de curto prazo, isso significa que o seu principal argumento político-militar, usado até aqui, perdeu vitalidade e é assim percebido pela maioria do segmento do seu eleitorado tradicional. Este factor pode ter contribuído, decisivamente, para o fraco desempenho da Renamo no escrutínio em análise.

Quarto: o desafio da liderança da e na Renamo.

Um aspecto saliente da liderança do Partido Frelimo é o facto de grande parte daquilo que se pode considerar como seu “núcleo duro” ter perdurado ao longo de todo o percurso do Moçambique independente até aos dias de hoje - casos de Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Alberto Chipande, Graça Machel, Raimundo Pachinuapa, Mariano Matsinha e mais alguns – apesar de clivagens que, amiúde aparecem na superfície, dadas as disputas internas de diversa índole entre eles: mas sempre estiveram juntos. A Renamo tem um percurso diferente neste capítulo: figuras importantes deste partido foram sendo, sucessiva e definitivamente, colocados à margem ou expulsos do partido: casos mais emblemáticos, sendo os de Raúl Domingos e Deviz Simango. Apesar disso e com Afonso Dhlakama na presidência da Renamo este aspecto nunca chegou a marcar demasiado, pela negativa, a vida política deste partido. De certo modo porque, Afonso Dhlakama, em grande medida, corporizava a própria Renamo.

Afonso Dhlakama detinha três “trunfos”: (a) tinha liderado a resistência armada contra o Governo da Frelimo até a uma situação de impasse militar, o que obrigou o Governo a enveredar pela solução do diálogo para o fim das hostilidades militares; (b) gozava de uma capacidade de comando efectiva perante todos os membros da Renamo – militares e civis por igual – e a sua palavra na direcção da Renamo era final e inquestionável; e, mais importante ainda (c) sempre fazia questão de recordar ao poder constituído que ele representava os anseios de todos aqueles que não se reviam no poder instituído e, contrariamente ao resto da população, não

só não temia o poder da Frelimo, como também estava disposto a enfrentá-lo sempre que julgasse que isso seria do interesse dos segmentos que ele representava ou que nele buscavam refúgio perante o poder – quase absoluto – do Governo da Frelimo.

O General Ossufo Momade, por seu turno, surgiu com três “fantasmas” a ensombrar a sua liderança na Renamo: (a) apesar de ser militar de elevada graduação, teve uma longa vivência como Deputado e político urbano, o que dificultou a sua rápida legitimação pelos líderes militares obrigando-o a privilegiar, primeiro, um longo convívio com eles nas matas como forma de granjear a sua aceitação, com óbvios prejuízos para a sua actividade política no sentido mais geral; (b) foi desafiado no caminho para a liderança da Renamo por elementos próximos ao falecido líder, Afonso Dhlakama, quer como membros da família ou como colaboradores próximos, obrigando-o, logo, a desfazer-se deles no caminho para a consolidação do seu poder – Ivone Soares, Manuel Bissopo, Elias Dhlakama são casos mais evidentes -, esvaziando, em certa medida, uma parte importante da projecção que a Renamo já tinha adquirido como um partido credível para além dos seus membros e simpatizantes; e não menos importante (c) o desafio frontal, musculado, do Major General Mariano Nyongo e a sua Junta Militar, à sua liderança constituiu um tiro de graça nas suas aspirações de se apresentar como um sucessor à altura de Afonso Dhlakama. É com este líder que a Renamo se apresentou para o último escrutínio, sem grandes hipóteses de emular o desempenho da Renamo de Afonso Dhlakama.

Quinto: a manipulação do processo eleitoral.

O espectro da fraude eleitoral em Moçambique, nos escrutínios de 1994 a 2014, sempre apresentou uma dimensão tríplice: (a) violência durante as campanhas eleitorais, capitaneada por militantes e simpatizantes ferrenhos dos dois principais partidos; (b) intimidação, ocasionalmente vinda das forças da Lei e Ordem contra membros e simpatizantes de partidos da oposição; e (c) enchimento de urnas, aliada à invalidação de boletins de voto dos partidos e candidatos da oposição ou, noutras ocasiões, simples recusa de contar boletins de voto

não favoráveis ao partido no poder e seu candidato presidencial.

No último, a estas nuances de manipulação do processo eleitoral, foram adicionadas outras com maior incidência e virulência: (a) a viciação do recenseamento eleitoral, cujo auge residiu nos 300.000 eleitores fantasmas registados na Província de Gaza; (b) a exploração da violência psicológica de massas, detenções arbitrárias de delegados de candidatura da oposição e o assassinato

espectacular do Director de grupo de organizações da sociedade civil da Província de Gaza, Inocência Matavele, dentre outras acções do mesmo quilate; (c) a instrumentalização da desordem, incluindo a não credenciação de observadores nacionais de grupos da sociedade civil, e eventos anedóticos

puerís à altura do apuramento dos votos nas mesas; e, finalmente (d) a banalização da corrupção de pequena escala, que incluiu o suborno, compra e chantagem aos delegados de candidatura e escrutinadores indicados pelos partidos e candidatos da oposição.

Porquê deste exacerbar das estratégias de manipulação do processo eleitoral, verificadas no último escrutínio?

A primeira hipótese explicativa pode derivar da direcção da opinião pública, nos últimos anos, que previa um desempenho positivo dos partidos e candidatos da oposição devido aos problemas associados ao Governo da Frelimo: crise económica e financeira tornada gritante pelo impacto das dívidas ocultas ilegais, desgaste relativo da governação da Frelimo perante as novas gerações de moçambicanos que nasceram depois do fim da guerra, e visível dificuldade do Governo da Frelimo de encontrar respostas para o persistente problema da pobreza no País, mais geralmente e, em particular, a crónica problemática dos desequilíbrios regionais. O mais provável é que o Governo da Frelimo tenha interiorizado esta leitura e, como estratégia de resposta, tenha optado por robustecer os contornos da manipulação do processo eleitoral.

Segunda hipótese: o Presidente Nyusi é perseguido por um certo défice de autoridade dentro da cúpula do Partido Frelimo – já se disse antes que ele

era delfim ou de Armando Guebuza ou de Alberto Chipande – e, por ocasião das eleições autárquicas de 2018, foi clara e publicamente afrontado por Samora Machel Júnior e por outras figuras relevantes do histórico de liderança da Frelimo. E, claro, pode ter-se musculado para afirmar o seu poder no seu segundo mandato, activando um poderoso movimento de controlo e manipulação do processo político para assegurar uma vitória incontestável. De recordar que o Presidente Nyusi foi, de algum modo, humilhado publicamente por Afonso Dhlakama, logo após a sua tomada de posse, com aqueles comícios em que este afirmava pretender governar as províncias em que obtivera melhores resultados nas eleições legislativas de 2014 facto que, em resposta, obrigou as forças de defesa e segurança a atentar fisicamente contra a vida do líder da Renamo, num processo onde não ficou isenta a figura do Presidente Nyusi, tal como foi notória a sua presença após o assalto e ocupação das bases da Renamo na Gorongosa quando este ainda era Ministro da Defesa.



Ministro da Defesa de Moçambique, Filipe Nyusi, visita a base da RENAMO em Satunjira após a tomada pelas Forças de Defesa de Moçambique (FADM)

Terceira e última hipótese, é que o Partido Frelimo tem a consciência do colapso efectivo da força militar da Renamo pelo que, mesmo com a presença da Junta Militar do Major General Nyongo e o processo de DDR ainda em incubação, o Presidente da Frelimo pode fazer, sem refrêios, qualquer demonstração de força sem receio de respostas à altura. A comunidade doadora internacional, os investidores

externos e outros parceiros internacionais todos mostraram suficiente deferência perante o poder da Frelimo e do Presidente Nyusi para poderem servir de contraponto em qualquer situação que configurasse arbítrio superior ao habitual. O poder está assegurado e pronto. Quem pode contestar e a contar com o quê? E, obviamente, isto pode ser um bom menú para a instalação da tirania no País.



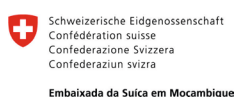
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD)
Diretor: Prof. Adriano Nuvunga
Equipa: Prof. Adriano Nuvunga, Selma Inocência, Narciso Cossa, Déborah Capela, Agostinho Machava, Denise Cruz, Isabel Macamo
Layout: CDD

Andereço: Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo – Mozambique

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

Partners



COUNTERPART
INTERNACIONAL

